

Empresários do DF pregam medidas duras

José Coury Neto

Sem credibilidade o próximo Presidente da República não conseguirá afastar do País a hiperinflação e o caos econômico e social. Ele terá que tomar medidas rígidas e até mesmo recessivas para evitar o agravamento da crise, mas sempre com o apoio de todos os segmentos da sociedade. Em resumo, este é o pensamento de alguns dos principais empresários brasilienses, entrevistados pelo Jornal de Brasília. Muitos deles vêm com restrições o novo acordo entre o Governo e os setores produtivos para conter os preços e garantir a transição política, mas reconhecem que, a esta altura, não há muito o que fazer, em termos econômicos, até a posse do novo Presidente.

O presidente da Associação Commercial do Distrito Federal (ACDF), Nuri Andraus, defende a antecipação da posse do novo Governo para 1º de janeiro, a exemplo do que ocorreu na Argentina. Segundo ele, isso daria chance ao novo presidente de usar rapidamente a credibilidade nele depositada para colocar em prática um elenco de medidas "fortes" com o devido apoio popular, mesmo que elas representem recessão em alguns setores.

Dentre as medidas defendidas por Andraus (incluídas no programa de seu candidato, Afif Domingos), estão o fechamento imediato de dez Ministérios; a suspensão de programas "não-prioritários", como o acordo nuclear; cortes de subsídios e privatização de empresas estatais, através da venda de ações em bolsa ou no mercado internacional. "Neste último caso, o Governo poderia incluir a privatização num esquema de conversão de dívida externa em investimentos no País. Com isso todos sairiam ganhando", acrescentou.

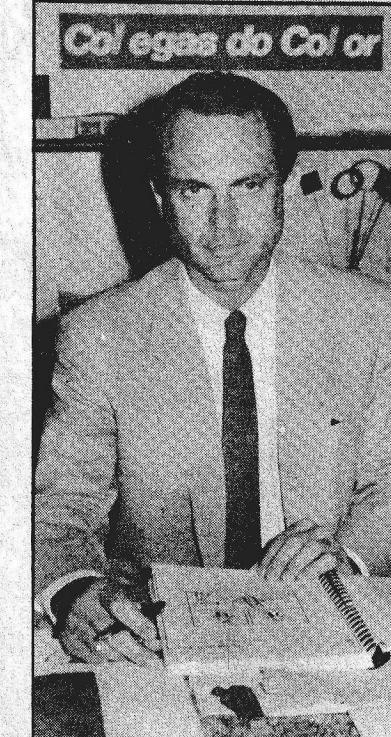
Nuri Andraus não acredita no novo acordo feito entre o Governo e o empresariado para evitar a hiperinflação. Informou que, no mês de julho, durante reunião da Confederação das Associações Comerciais de todo o País, foi elaborada uma projeção indicando que em dezembro a inflação chegará a 50% ao mês, percentual difícil de ser barrado através de acordos. Para ele, a inflação só vai cair quando o Governo deixar de gastar mais do que arrecada, o que faz a dívida interna crescer cada vez mais. "As experiências anteriores demonstraram que quando o Governo perde a credibilidade, qualquer acordo tende ao fracasso. A credibilidade do atual Governo começou a cair na época do Cruzado, quando houve fechamento de estabelecimentos



Jorge Cardoso 18.10.89



Jorge Cardoso 04.10.89



Elson Soares 18.10.89



Jorge Cardoso 18.10.89



Jorge Cardoso 18.10.89

Nuri Andraus: austeridade

comerciais e até prisões de comerciantes".

Esforço

Ao contrário de Andraus, o presidente da Federação das Indústrias de Brasília (Fibra), Antônio Fábio Ribeiro, vê como positiva a iniciativa do Governo de colocar em prática as câmaras setoriais, dentro de um acordo com o empresariado. Para ele, qualquer esforço no sentido de evitar a hiperinflação antes da posse do novo presidente é válido. "Temos que manter

Não há consenso entre os empresários sobre o novo acordo firmado entre o Governo e os setores produtivos para conter os preços e garantir a transição política

o cenário pelo menos na forma como está, com um esforço maior no sentido de evitar o agravamento da crise", disse.

Para Ribeiro, o próximo presidente enfrentará um primeiro ano de Governo muito difícil, pois terá que tomar medidas energicas as quais não agradariam a todos os setores da sociedade. Ele espera que a partir das decisões iniciais do novo presidente, a economia possa ca-

Fábio Ribeiro: otimismo

minhar para o funcionamento dentro das leis de mercado, sem grandes influências do Estado, que manteria o controle sobre os oligopólios, defendendo as pequenas e médias empresas.

Sinal

O empresário da Construção Civil Paulo Octávio Pereira é de opinião que cabe ao atual Governo fazer tudo para evitar a hiperinflação nos próximos quatro meses. Ele não acredita que o novo acordo firmado entre a área econômica e os empresários voltado para conter a fúria dos preços, trará grandes resultados. Disse, que o atual quadro de inflação acelerada já havia dado sinal de que viria há cerca de cinco meses, ou seja, com o fracasso do Plano Verão. "Este quadro vem muito dos planos econômicos que acabaram por desajustar ainda mais a economia a partir do descongelamento de preços. No caso da construção civil, por exemplo, os insumos tiveram um aumento de 50% em maio, logo que o Governo descongelou os preços. Então, fica muito perigoso quando tudo aumenta de uma só vez", observou.

Paulo Octávio ressalta que com a credibilidade a ser depositada no novo Presidente da República ficará mais fácil resolver os problemas da economia, a partir das composições que ele fará com o apoio popular. O empresário defende com unhas e dentes o programa de Governo de seu candidato à Presidência, Fernando Collor de Mello, que prevê a redução da inflação para

Paulo Octávio: esperança

uma taxa de 3% no período de 18 meses. Isso seria possível, conforme o plano, através da colocação em prática de quatro reformas estruturais: a renegociação da dívida externa; a reforma administrativa; a reforma patrimonial; e a reforma fiscal.

O empresário afirmou que estas quatro reformas terão que ser feitas a partir de um forte ajuste, que incluirá todas as medidas possíveis no sentido de cortar os gas-

Preocupados com a crise econômica, os empresários acham que só o novo Governo, aproveitando sua credibilidade, poderá aplicar medidas severas para conter inflação

tos públicos, dentre elas, a demissão de funcionários públicos; privatização de empresas estatais e enxugamento da máquina administrativa. Para ele, um dos primeiros passos a serem tomados pelo próximo Governo deve levar a uma solução para a dívida interna.

"No momento, ninguém sabe como investir, quando investir e em que investir. Sem descobrir estas três coisas, não há como encon-

Osório Adriano: apreensão

trar o capital. Por isso, o novo Governo deve encontrar uma fórmula de canalizar a dívida interna para a produção, o que não vem ocorrendo por total insegurança de todos", afirmou.

Apreensão

O empresário Osório Adriano, proprietário da distribuidora de Veículos Brasal e da Coca-Cola brasiliense, está vendo com apreensão o atual momento vivido pela economia em função da possibilidade de agravamento da crise, antes da posse do novo presidente. Para ele, o acordo feito recentemente entre o Governo e o empresariado pode não surtir os efeitos desejados, pois alguns setores aplicarão em seus preços os 90% do IPC previstos nos entendimentos, mas outros setores poderão ficar prejudicados. Ele citou como exemplo o caso dos pneus para caminhões, que há um mês custavam NCz\$ 700,00 e hoje já custam NCz\$ 1.500,00 a unidade, ou seja, dobraram de preço em um mês.

Alertou também que a alta constante do dólar no mercado paralelo é um "prenúncio muito ruim", o que demonstra que o cruzado perde força a cada dia, eliminando as condições de compra por parte da população e dando início a uma crise de vendas, pois os estoques das empresas têm crescido a cada dia. "Estamos vivendo dias perigosos, mas é preciso tentar se curar a inflação nos atuais níveis até março, antes que o País ingresse numa crise irremediável", destacou.

Luiz Estevão: injustiça

Osório Adriano é de opinião que a primeira tarefa do novo presidente deverá ser a abertura de novas frentes de trabalho e de investimentos para o setor produtivo. Ele também é defensor da ideia de antecipação da posse do novo Governo para janeiro, o que serviria para rever as expectativas pessimistas que se agravam com o final de um Governo sem credibilidade.

Crise

Para o empresário Luiz Estevão, proprietário do Grupo OK, a atual crise vem afetando os empresários e a população de forma direta. Ao contrário de Osório Adriano, ele não vê uma queda de demanda, mas em compensação a inflação vem afetando muito mais a quem não tem acesso ao capital. Por isso a crise possibilita cada vez mais a concentração de renda por parte de alguns segmentos e afasta cada vez mais o crédito de outros.

Dentre as primeiras providências a serem tomadas pelo próximo presidente, Luiz Estevão defende medidas rígidas que ataquem de forma eficaz a grande raiz da inflação: o déficit público. Além da contenção de gastos, ele defende também uma reforma fiscal — sem o aumento de impostos — capaz de elevar a carga tributária líquida do País, corroída nos últimos anos. A reforma deve incluir a privatização de estatais, corte de subsídios, e incentivos fiscais e enxugamento da máquina administrativa.